

Sumário

Capítulo I ► LIÇÕES PRELIMINARES	23
1. Introdução.....	23
2. Proteção integral e absoluta prioridade.....	24
3. Crianças e adolescentes são sujeitos de direito	26
4. Conceito de criança e de adolescente	27
5. Aplicação do Estatuto a quem já completou a maioridade	27
6. Interpretação do Estatuto.....	28
7. Competência legislativa	29
 Capítulo II ► DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	 31
1. Dignidade da pessoa humana	31
2. Direito à vida e à saúde	32
2.1. Substituição da prisão preventiva pela domiciliar.....	36
3. Identificação adequada	37
4. Programa nacional de triagem neonatal.....	39
5. Maus-tratos, castigo físico e tratamento cruel ou degradante – comunicação ao Conselho Tutelar	40
6. Preocupação com entrega da criança à adoção.....	40
7. Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	41
8. Direito à educação sem castigo físico, tratamento cruel ou degradante	46
9. Marco legal da primeira infância	47
10. Depoimento sem dano.....	51
11. Prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar.....	58
11.1. Caracterização da violência doméstica e familiar.....	58
11.2. Atendimento	61
11.3. Procedimentos.....	62
11.4. Crimes.....	64
12. Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual	64
 Capítulo III ► DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR.....	 69
1. Introdução.....	69
2. Convivência familiar.....	69
3. Permanência fora do convívio familiar – limites.....	72
4. Entrega do filho para adoção.....	75
5. Apadrinhamento	77
6. Igualdade de direitos entre os filhos.....	79

7. Poder familiar	79
7.1. Repercussões jurídicas do abandono afetivo	84
7.2. Alienação parental	85
7.3. Parentalidade Positiva.....	86
7.4. Direito de visita parental transfronteiriço.....	86
8. Carência de recursos materiais.....	91
9. Condenação criminal	92
10. Processo judicial contraditório para perda ou suspensão do poder familiar	93
11. Família natural	94
12. Reconhecimento de filho e de estado de filiação	96
Capítulo IV ► FAMÍLIA SUBSTITUTA.....	99
1. Introdução	99
2. Diretrizes gerais sobre a colocação em família substituta	99
2.1. Oitiva da criança e do adolescente	99
2.2. Preferência por família substituta com relação de parentesco	100
2.3. Grupos de irmãos.....	100
2.4. Criança ou adolescente indígena ou de origem quilombola	100
2.5. Incompatibilidade e ambiente inadequado	100
2.6. Impossibilidade de transferência para terceiros.....	101
2.7. Família substituta estrangeira	101
3. Guarda.....	102
3.1. Classificação.....	103
3.2. Direito de visitação dos pais	105
3.3. Guarda e dependência econômica	106
3.4. Guarda e benefícios previdenciários.....	106
4. Tutela.....	108
5. Adoção	109
5.1. Classificação.....	110
5.1.1. Adoção conjunta	110
5.1.2. Adoção unilateral	111
5.1.3. Adoção póstuma.....	111
5.1.4. Adoção <i>intuitu personae</i>	112
5.1.5. Adoção internacional.....	113
5.1.6. Adoção à brasileira	113
5.2. Principais características.....	115
5.2.1. Excepcionalidade da medida	115
5.2.2. Vínculos decorrentes da adoção	115
5.2.3. Natureza jurídica	116

5.2.4. Idades do adotante e do adotando	117
5.2.5. Judicialização da adoção.....	117
5.2.6. Prioridade de tramitação dos processos de adoção.....	117
5.2.7. Prevalência dos interesses do adotando	118
5.2.8. Prazo de conclusão do processo de adoção	118
5.3. Vedações	119
5.3.1. Vedação à adoção por procuração	119
5.3.2. Vedação à adoção por ascendentes e irmãos.....	119
5.3.3. Vedação à adoção decorrente de tutela ou curatela	122
5.4. Peculiaridades.....	122
5.4.1. Adoção por casal homoafetivo	122
5.4.2. Adoção do nascituro	124
5.4.3. Dupla paternidade x adoção unilateral.....	124
5.4.4. Multiparenatalidade e efeitos sucessórios.....	124
5.5. Requisitos	125
5.5.1. Consentimento dos pais e do adolescente	125
5.5.2. Estágio de convivência	126
5.6. Cadastros.....	126
5.6.1. Hipóteses de adoção fora do cadastro de postulantes.....	129
5.7. Adoção internacional.....	132
5.7.1. Conceito de adoção internacional	133
5.7.2. Requisitos para concessão da adoção internacional.....	134
5.7.3. Habilitação para adoção internacional.....	135
5.7.4. Organismos internacionais de adoção.....	136
5.7.5. Adoção realizada no exterior	139
5.8. Efeitos da adoção.....	141
5.9. Direito de conhecer a origem biológica	143
6. Quadro comparativo entre guarda, tutela e adoção.....	143
Capítulo V ► EDUCAÇÃO.....	145
1. Introdução	145
2. Garantias do direito à educação.....	145
3. Deveres do poder público quanto ao direito à educação	147
4. Peculiaridades e interpretações jurisprudenciais sobre o direito à educação.....	149
4.1. Ensino domiciliar (<i>homeschooling</i>).....	149
4.2. Princípio da reserva do possível	151
4.3. Escola em período integral	152
5. Comunicação ao Conselho Tutelar.....	152
6. Exigência de certidão de antecedentes criminais para trabalho com crianças e adolescentes	153

Capítulo VI ► PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO TRABALHO	155
1. Introdução	155
2. Idade mínima para trabalho	155
3. Proteção ao trabalho do adolescente.....	156
Capítulo VII ► PREVENÇÃO	161
1. Introdução	161
2. Prevenção referente à informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos	163
2.1. Classificação indicativa – inconstitucionalidade declarada pelo STF.....	165
3. Prevenção à venda de produtos e serviços	165
4. Autorização para viajar	167
4.1. Viagem ao exterior.....	168
4.2. Autorização para viagem ao exterior e Resolução nº 131/2011 do CNJ.....	168
Capítulo VIII ► POLÍTICA DE ATENDIMENTO	171
1. Introdução	171
2. Histórico sobre a política de atendimento	171
3. Política de atendimento atual	172
3.1. Linhas de ação e diretrizes.....	173
4. Entidades de atendimento	177
4.1. Registro das entidades junto ao Conselho Municipal	179
4.2. Entidades voltadas ao acolhimento institucional e familiar	180
4.2.1. Princípios das entidades de acolhimento	180
4.2.2. Fiscalização das entidades de acolhimento: audiências concentradas...	183
4.2.3. Dirigente da entidade: guardião.....	183
4.3. Entidades voltadas à internação	183
5. Fiscalização das entidades	185
Capítulo IX ► MEDIDAS DE PROTEÇÃO.....	187
1. Introdução	187
2. Situação de risco.....	187
3. Agentes.....	188
4. Rol de princípios.....	188
5. Medidas específicas de proteção.....	191
6. Acolhimento.....	192
6.1. Características	192
6.2. Guia de acolhimento	193
6.3. Plano individual de atendimento.....	194
6.4. Cadastro de crianças e adolescentes em programas de acolhimento.....	194
7. Proteção à vítima de abuso sexual	195

8. Regularização do registro	195
9. Situação de risco e fixação de competência	196
10. Medida de proteção X Medida socioeducativa	197
Capítulo X ► PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL: DIREITOS E GARANTIAS	199
1. Introdução	199
2. Conceito de crime	199
3. Tempo do ato infracional/crime	199
4. Aplicação de medida socioeducativa	200
5. Direitos individuais	201
5.1. Privação de liberdade	201
5.2. Identificação dos responsáveis pela apreensão e informação sobre seus direitos	202
5.3. Comunicação à família	202
5.4. Liberação imediata	203
5.5. Prazo de internação provisória	203
5.5.1. Prazo de internação provisória e a pandemia de coronavírus	205
5.6. Identificação compulsória	206
5.7. Não ser conduzido em compartimento fechado de veículo policial	206
5.8. Vedação de cumprimento da internação em estabelecimento prisional	206
6. Garantias processuais	207
Capítulo XI ► MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	211
1. Introdução	211
2. Rol de medidas socioeducativas	211
3. Objetivos	212
4. Principais características	212
4.1. Requisitos para escolha da medida socioeducativa	212
4.2. Vedação de trabalhos forçados	213
4.3. Tratamento diferenciado para os portadores de deficiência mental	213
4.4. Cumulação e substituição de medidas	214
4.5. Comprovação de autoria e materialidade da infração	214
4.6. Idade máxima para cumprimento de medidas socioeducativas	215
4.7. Prescrição de medidas socioeducativas	216
4.8. Princípio da insignificância	217
5. Advertência	218
6. Obrigação de reparar o dano	219
7. Prestação de serviços à comunidade	219
8. Liberdade assistida	220
9. Semiliberdade	221

10. Internação	222
10.1. Princípios pertinentes à internação.....	223
10.2. Realização de atividades externas	224
10.3. Prazo de cumprimento da medida	225
10.4. Sistemática de aplicação da medida de internação	229
10.4.1. Ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa	230
10.4.2. Reiteração no cometimento de outras infrações graves	232
10.4.3. Descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta – regressão	234
10.5. Característica do período de cumprimento da internação	236
Capítulo XII ► REMISSÃO	239
1. Introdução.....	239
2. Momento para concessão da remissão	239
3. Características	240
Capítulo XIII ► MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS E RESPONSÁVEIS.....	243
1. Introdução	243
2. Medidas.....	243
Capítulo XIV ► CONSELHO TUTELAR.....	247
1. Introdução	247
2. Características	247
3. Composição e características dos integrantes.....	248
4. Atribuições	249
Capítulo XV ► JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE.....	253
1. Introdução	253
2. Aspectos gerais do acesso à Justiça	253
2.1. Acesso à Justiça e direito de petição infantojuvenil	253
2.2. Assistência jurídica gratuita	254
2.3. Gratuidade nos procedimentos da Justiça da Infância e da Juventude.....	256
2.4. Capacidade civil, capacidade processual e curadoria especial	256
2.5. Divulgação de atos referentes a crianças e adolescentes.....	257
3. Justiça da Infância e da Juventude	258
4. Competência	259
4.1. Competência territorial	259
4.2. Competência material	261
4.3. Competência para regular da presença de crianças e adolescentes em eventos	262

4.4. Delegação do cumprimento de medidas.....	264
4.5. Justiça da Infância e da Juventude X Justiça Federal.....	265
4.6. Justiça da Infância e da Juventude X Justiça do Trabalho	265
4.7. Aplicação de infrações administrativas	266
4.8. Ampliação da competência por lei estadual	266
5. Serviços auxiliares	267
Capítulo XVI ► PROCEDIMENTOS	269
1. Introdução.....	269
2. Características gerais.....	270
2.1. Aplicação subsidiária da legislação processual.....	270
2.2. Prioridade na tramitação de processos	270
2.3. Contagem de prazos	271
2.4. Flexibilidade procedimental.....	272
3. Perda ou suspensão do poder familiar	272
3.1. Legitimidade ativa	272
3.2. Petição inicial.....	273
3.3. Concessão de liminar	273
3.4. Citação e defesa.....	275
3.5. Instrução processual	275
3.6. Sentença	276
3.7. Prazo de conclusão do procedimento	277
4. Destituição de tutela.....	277
5. Colocação em família substituta	277
5.1. Procedimento simplificado de colocação em família substituta.....	278
5.2. Procedimento litigioso de colocação em família substituta.....	279
5.3. Cumulação do pedido expresso de destituição do poder familiar para adoção.....	280
6. Habilitação dos pretendentes à adoção	280
7. Apuração de irregularidades em entidade de atendimento	285
8. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.....	287
9. Infiltração de agentes de polícia para investigação de crimes	287
Capítulo XVII ► APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL	289
1. Introdução.....	289
2. Apreensão e encaminhamento.....	289
3. Providências na autoridade policial em caso de flagrante de ato infracional.....	290
4. Ministério Público.....	290
4.1. Encaminhamento	290
4.2. Formação da convicção do Ministério Público	291

4.3. Possíveis medidas do Ministério Público.....	292
4.3.1. Arquivamento X Remissão.....	292
4.3.2. Representação para aplicação de medida socioeducativa	294
4.3.3. Prova pré-constituída	295
4.3.4. Representação da vítima para propositura da demanda – desneces- sidade	296
5. Prazo de conclusão do procedimento	297
6. Citação e designação de audiência de apresentação	297
6.1. Providências para realização da audiência de apresentação.....	297
6.2. Audiência de apresentação	299
6.3. Defesa prévia	302
6.4. Audiência em continuação	302
7. Sentença.....	303
7.1. Vedação de internação é diferente de absolvição	305
8. Termos jurídicos próprios do Estatuto	305
Capítulo XVIII ► RECURSOS.....	307
1. Introdução.....	307
2. Preparo	307
3. Prazos.....	308
4. Tramitação prioritária dos recursos.....	310
5. Apelação.....	311
5.1. Juízo de retratação.....	311
5.2. Efeitos	312
5.3. Cabimento contra portarias e alvarás.....	314
5.4. Ampliação do colegiado (CPC, art. 942) e vedação da <i>reformatio in pejus</i>	315
Capítulo XIX ► MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E TUTELA DE DIREITOS.....	317
1. Ministério Público.....	317
1.1. Introdução	317
1.2. Rol de atribuições	317
1.3. Atuação do Ministério Público na Justiça da Infância e Juventude	319
1.4. Prerrogativa	320
2. Advocacia	320
3. Tutela de direitos individuais e coletivos	321
3.1. Introdução	321
3.2. Legitimidade	322
3.3. Competência	324
3.4. Litisconsórcio de Ministérios Públicos.....	324
3.5. Amplitude de instrumentos processuais	324

Capítulo XX ► CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	325
1. Introdução.....	325
2. Leis penais e processuais penais.....	325
3. Ação pública incondicionada	325
4. Prescrição de crimes praticados contra crianças e adolescentes	326
5. Inaplicabilidade de regras mais benéficas ao autor de crimes contra crianças e adolescentes	326
6. Reincidência para crimes de abuso de autoridade.....	326
7. Crimes em espécie.....	327
8. Infrações administrativas.....	349
8.1. Prescrição de infrações administrativas.....	350
8.2. Infrações administrativas em espécie	350
Capítulo XXI ► SINASE	361
1. Introdução.....	361
2. Objetivos das medidas socioeducativas.....	362
3. Conceitos básicos.....	363
4. Repartição de competências e atribuições.....	363
4.1. União.....	363
4.2. Estados	365
4.3. Municípios.....	366
4.4. Distrito Federal	367
5. Plano de Atendimento Socioeducativo	368
5.1. Avaliação do Plano de Atendimento	368
6. Programas de atendimento	369
6.1. Inscrição dos programas.....	369
6.2. Programas de meio aberto	370
6.3. Programas de privação de liberdade.....	371
6.4. Responsabilização	372
7. Financiamento	372
8. Execução de medidas socioeducativas	374
8.1. Princípios	374
8.2. Direitos individuais.....	375
8.3. Procedimentos.....	376
8.3.1. Características	376
8.3.2. Plano individual de atendimento.....	378
8.3.3. Reavaliação e substituição da medida ou do plano individual de atendimento	379
8.3.4. Nova imposição de medida no curso da execução.....	382
8.3.5. Direito de visita a adolescente em unidade de internação	384

8.3.6. Extinção da medida socioeducativa.....	385
9. Direito à saúde durante o cumprimento da medida.....	387
9.1. Diretrizes	387
9.2. Ligação do direito à saúde com o SUS.....	388
9.3. Mãe adolescente e o direito à amamentação	388
9.4. Adolescente com transtorno mental e dependência química	388
10. Regime disciplinar.....	388
BIBLIOGRAFIA.....	391